

A EJA CAPIXABA NO PERÍODO 2016-2018: PRIVATIZAÇÕES E DESPOLITIZAÇÕES.

Ivan Cardoso Olioise.

Mestrando, UFES. ivanolioise@gmail.com

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como as mudanças e transformações na Educação de Jovens e Adultos (EJA, 2016-2018) esvaziam o sentido político do processo de elaboração da política pública e subtraem o seu caráter político-educativo, com a nova forma organizacional estabelecida para a modalidade. Nos últimos anos, “uma profunda transformação nos princípios de organização da provisão social, especialmente no setor público” tem ocorrido em várias sociedades no mundo (BALL, MAINARDES 2011, p. 23). Em geral, tais reformas envolvem dois discursos macros relativos à flexibilidade e ao empreendedorismo, em geral, pautados na estratégia econômica e no fortalecimento do projeto hegemônico da sociedade civil e são desencadeadores de novas subjetividades (BALL, MAINARDES, 2011). Em termos econômicos, elas implicam estratégias neoliberais, como privatização, liberalização e a implantação de novos modelos do mercado.

Na Nova Gestão Pública, identifica-se qual é o problema e outros atores aparecem para a solução dele. Mas, como o problema engendra o discurso econômico e como os arranjos entre o público e o privado esvaziam-se e criam outras subjetividades políticas? (BALL, 2015).

Essas perguntas são pertinentes- ante a implantação da Nova EJA estadual. Entre 2016 e 2017, houve uma mudança abrupta na modalidade, cuja oferta passou a ser apenas semipresencial. A mudança trouxe consigo transformações na carga-horária do educando, alargou os arranjos entre o setor público e privado, além de implicar outros desdobramentos objetivos e subjetivos. A complexidade do processo nos invoca a analisar as justificativas para tal mudança, bem como nos convoca à análise de algumas implicações advindas com as novas relações entre o público e o privado.

ASPECTOS EPISTEMETODOLÓGICOS:

Para tal, nos aproximamos da epistemologia indicada por Stephen Ball sobre a elaboração de políticas. Segundo estudos sobre o seu pensamento, a criação de políticas está ligada aos eventos políticos, à identificação do problema e às propostas políticas, em suma, envolve problemas, processos, arranjos burocráticos e debates. Esses se encontram no âmbito de três níveis discursivos, apontando para o reconhecimento e análise da existência do discurso dominante, ideologias corporativas e ideologia especializada sobre o assunto (GONZÁLES, PAZ, 2013).

Entende-se que o estudo sobre as mudanças no Estado requer mais de um caminho metodológico. Por isso, duas vias são usadas: a análise documental e a etnografia de redes. Os documentos privilegiados aqui são: as Orientações Estruturais/Pedagógicas à EJA ao Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) e Ensino Médio na Metodologia Semipresencial; o Plano de Estadual de Educação 2015-2025 (PEE) e publicações No Diário Oficial do ES, relativos aos atores privados. Além desse caminho, o conjunto de reformulações em toda a ciência política, as novas mídias de comunicação virtual e eletrônica oferecem possibilidades mais amplas para a compreensão dos processos discursivos. Sendo assim, entrevistas com peças-chaves, envolvidas no processo, páginas de *web* e relatórios serão considerados também (BALL, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As Orientações Estruturais/ Pedagógicas, publicadas em 2016, justificam a mudança para o semipresencial em três pilares: qualificação, conciliação trabalho-estudo e evasão, conforme descrito no documento:

Para concretizar esses propósitos educacionais, e atender às necessidades de formação dos alunos, [busca-se prepará-los] para que sejam empreendedores frente aos desafios sociais e econômicos inclusive do mercado de trabalho, [...] considerando as dificuldades dos alunos Jovens e Adultos em conciliar os estudos ao trabalho e a evasão decorrente desta, decidiu-se oferecer a EJA semipresencial, buscando atender as necessidades pedagógicas desse público. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p. 3-4).

Em geral, escolas são cobradas pelo alívio à pobreza e pela expansão das oportunidades. Decerto, são importantes, mas não são as únicas nesse processo. Ball (2015) diz que a educação não necessariamente gera mobilidade social. Então, se o objetivo é direcionar-se aos problemas mais agudos em termos de agenda governamental

para amenizar a pobreza e aumentar oportunidades, o foco é descabido. Renegam-se questões mais profundas, como desigualdade econômica e social, falta de assistência à saúde e discrepâncias relativas à moradia. Em suma, a oportunidade é dada sem a resolução das questões externas.

A conciliação estudo-trabalho é o segundo ponto. A rigor, muda-se o regime escolar para a escola se adaptar ao mercado. Mas, se a educação é uma das grandes responsáveis pela elevação do padrão econômico de vida, deveria ocorrer o movimento contrário, ou seja, o mercado é quem deveria flexibilizar o horário do estudante-trabalhador à escola. Aí se confirma a subjugação da educação à economia, imposta pelo aparato legal do sistema educativo. A condição do estudante-trabalhador evidencia a necessidade de mudança, mas, na verdade, a elaboração da política toma forma e baseia-se na sistematização ignorante das evidências, fechando os olhos para outros problemas (BALL, 2015).

O terceiro ponto diz respeito a evasão. O discurso da evasão na EJA é reproduzido por professores, gestores e outros envolvidos com a modalidade. “Mas o que há de perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?” (FOUCAULT, 2014, p.8). Tais discursos são percebidos pelas autoridades e incorporados, ao modo deles, em lei, velando demandas cruciais referentes a ela. Pobreza, falta de tempo e local adequado para o estudo, necessidade de trabalho e sustento, violência, paternidade/maternidade precoces podem estar ligados à evasão. Nesse ínterim, a evasão, que insistem afirmar como uma característica da EJA é, como afirma Paulo Freire “expulsão” da classe trabalhadora, gestada por várias outras questões socioeconômicas mencionadas que atravessam o acesso e se constituem desafios à permanência na escola (FREIRE, 2001).

Outro documento importante é o PEE 2015-2025. Publicado em junho de 2015, traz nas metas 8, 9 e 10 propostas para a EJA. A abrangência de 10 anos do plano mostra que ele não se reduz a um governo, mas objetiva transformações na sociedade. Sobre a EJA, propõem-se: a oferta de programas e tecnologias para a correção de fluxo, expansão das matrículas na EJA, incentivos integrando os setores público e privado, dentre outros apontamentos. Vê-se que já se previam os atores privados na EJA capixaba antes de 2016. Quem seriam tais atores? Para conhecê-los, buscou-se os termos de Cooperação Técnica, sendo o resultado:

ENTES PRIVADOS NA EJA CAPIXABA			
Instituto Natura	Spreading	Faculdades Privadas do ES	Telefônica Vivo
Instituto Educadigital	Fundação Cecierj	Google Education	

1. Quadro elaborado pelo autor, 2020.

A oferta de programas e tecnologias para a correção de fluxo ‘veio’ por meio da CECIERJ na EJA digital. A fundação atua nos Centros Estaduais de EJA (CEEJAS) e Núcleos Estaduais de EJA (NEEJAS), que, por sua vez, aumentaram de 4 para 11 em todo o estado em 2017. Com os novos núcleos, as vagas na EJA subiram de 34.642 para 45.000 em 2017. O aluno matriculado neles só comparece à escola em caso de dúvidas e para as avaliações. O material didático é disponibilizado online. O tempo educador-educando, a rigor, inexistente. Além disso, o material didático vem em blocos grandes de conteúdos, que serão cobrados em testes de mais ou menos 10 questões cada um. Onde fica o sentido político da educação, nesse caso?

Na mesma situação da EJA semipresencial, a tecnologia chegou à modalidade pelos *Google Education*, Educadigital, Natura e Telefônica Vivo através da plataforma SEDU digital. “A adoção do ensino híbrido em um nível mais profundo exige que sejam repensadas a organização da sala de aula, a elaboração do plano pedagógico e a gestão do tempo na escola” (ESPÍRITO SANTO, 2016, p. 3). Na verdade, o ensino transmuta do espaço público para o privado, à medida que dois encontros diários ficam sem a presença fixa do professor e dos colegas, instiga-se o aluno à autovigilância, à responsabilização e à autonomia, segundo a definição do mercado.

Por fim, os incentivos integrando os setores público e privado adentram a EJA por mais duas vias: pelo *filantrocapitalismo* (BALL, 2014) e por convênios com faculdades particulares. Nesse sentido, a SEDU estabeleceu com a *Spreading* um arranjo cujo objetivo é oferecer voluntários às escolas. São mais de 180 voluntários para atender aos inúmeros pedidos de escolas. Foram estabelecidos também convênios com diversas faculdades do estado para o programa Bolsa SEDU. O programa constitui-se na compra de vagas em escolas privadas e na rede federal em cumprimento a meta do PEE. Mas o que isso tem a ver com politicidade? A nova filantropia individualiza processos coletivos, além de lançar a filantropia para o campo do empreendedorismo. Já os convênios provam que a política é pensada e construída para o bem das instituições privadas e o mundo do negócio infiltra as paredes da escola por intermédio legal.

CONCLUSÃO

Esse texto, ainda incompleto em seus argumentos, mostra dois movimentos de despolitização. O primeiro ocorre na elaboração da lei, quando ignora fatos pertinentes e faz prevalecer o discurso empresarial. O segundo acontece no âmbito da escola, pois o foco na técnica sobressai às relações, traz o mercado para dentro da educação e a escola para o espaço privado. A elaboração da lei segundo os quesitos mercadológicos e o esvaziamento da transformação da escola como espaço político são ações totalmente antidemocráticas.

REFERÊNCIAS:

BALL, S. Educação Global S.A: *Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

_____. What's wrong with Education Policy research? Seven fallacies. 2015. *University of Brighton*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k9ZkF4WFraY>. Acesso em: 19 ago. 2020

_____, MAINARDES, J. *Políticas Educacionais, questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. *Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Ed. Loyola. 2014.

ESPÍRITO SANTO. *Plano Estadual de Educação 2015-2025*. 2015. Diário Oficial, 25 de jun. 2015.

FREIRE, P. *Educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Orientações Estruturais/Pedagógicas à EJA ao Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) e Ensino Médio na Metodologia Semipresencial*. SEDU, 2016.

_____. *Programa SEDU Digital*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1glYLtZDi5mSRVwXdbfyHeKBpfd8wKJ6/view>. Acesso em: 22 ago. 2020.

GONZALEZ, S.; PAZ, I. Las políticas educativas como texto y como discursos. El enfoque de Stephen Ball. In: TELLO, C. (Org) *Epistemología de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques*. Campinas: Mercado das Letras, 2013.